

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.229.444 - DF (2018/0001894-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MARIA AURIDEIA GOES COELHO
ADVOGADO : BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF043143
AGRAVADO : FRANCISCO MESSIAS
ADVOGADOS : NUCLEO DE PRATICA JURIDICA UNIEURO
NEIRILMAR POVOA DA COSTA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA)
- DF041965

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por MARIA AURIDEIA GOES COELHO, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 281-289, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fls. 217-227, e-STJ):

CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IMÓVEL URBANO. INSTRUMENTOS DE CESSÃO INCAPAZES DE ESCLARECER A QUESTÃO. ABANDONO DO IMÓVEL. OCUPAÇÃO POR TERCEIROS. VENDA AO ATUAL OCUPANTE. MELHOR POSSE.

1. Havendo dúvidas sobre as cessões de direito incidentes sobre um mesmo imóvel, deve ser assegurado o direito à moradia àquele que detém a melhor posse e nele reside. Precedentes do TJDFT.

2. Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração (fls. 231-236, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 250-260, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 267-274, e-STJ), a recorrente aponta violação ao artigo 561 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que o instrumento de cessão de direitos comprova sua posse sobre o bem imóvel.

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 277, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 278-279, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de que se aplicaria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que o exame da pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Na espécie, verifica-se que o Tribunal local, à luz dos elementos de prova acostados aos autos, concluiu que, diferentemente do que defende a recorrente, a melhor posse do imóvel em testilha pertence à parte ora recorrida (fl. 225, e-STJ):

Conforme restou assentado, os instrumentos de cessão, tanto da apelante

quanto do apelado, são incapazes de elucidar a questão possessória, de modo que o deslinde da questão se pautou exclusivamente sob o prisma do exercício da posse sobre o bem.

Conforme destacado, a recorrente não conseguiu se desincumbir de provar o exercício da posse e sua perda, eis que restou demonstrado, por meio da oitiva de testemunhas, que ela abandonou o imóvel por período de tempo suficiente para que ocorresse sua ocupação por terceiros e alienação ao ora recorrido.

Desse modo, tem-se que o magistrado resolveu à lide com base no critério da melhor posse, o que encontra amparo na jurisprudência desta egrégia Corte, conforme se extrai dos precedentes abaixo colacionados: (...)

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima firmada acerca da posse do bem fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. EXAME DE MÉRITO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. TURBAÇÃO DE POSSE. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

(...)

4. Rever a conclusão do aresto impugnado acerca da inexistência de turbacão da posse encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1214991/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2018, DJe 17/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **COMPROVAÇÃO DA MELHOR POSSE. VALORAÇÃO DE PROVA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS.** INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.

2. O Tribunal de origem, com base nos elementos de prova, concluiu pela melhor da posse da parte recorrida. Esse entendimento não pode ser alterado na via especial, a teor do que dispõe a referida súmula.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 349.621/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 11/06/2015)

Assim, inviável o trânsito do recurso em relação às questões em comento.

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fl. 226, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

